

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

1º Audiência Pública





Participantes:

- ETM;
- Supervisão do PARANACIDADE,
- Conselho Municipal da Cidade (CMC), ou similar;
- Grupo de Acompanhamento (GA), (*se instituído*);
- Representantes do poder legislativo;
- Representantes do poder executivo.
- Representante do Ministério Público; e
- População e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.





PLANO DIRETOR

- É um instrumento da política urbana instituído pela Constituição Federal de 1988, que o define como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”, e é regulamentado pela Lei Federal n.º10.257/01, mais conhecida como [Estatuto da Cidade](#), pelo Código Florestal (Lei n.º4.771/65) e pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei n.º 6.766/79).





PLANO DIRETOR

- É um instrumento de planejamento composto por no mínimo 7 Leis, conforme a Lei Estadual nº 15.229/2006:
- Lei o PDM – Plano Diretor Municipal;
- Lei do Perímetro;
- Lei do Uso e Ocupação do Solo;
- Lei do Parcelamento do Solo;
- Lei do Sistema Viário;
- Código de Obras;
- Código de Postura;





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO

PROCEDIMENTOS NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR





MOBILIZAÇÃO

- Reunião técnica de capacitação e preparatória;
- Construção da análise técnica integrada – ATI;
- Reunião de consolidação e preparação das audiências públicas;
- Convocação de audiências públicas;





ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA - ATI

- Áreas de ocupação (área de interesse social);
- Uso e ocupação do solo;
- Capacidade de atendimento a população (infraestrutura, equipamentos e serviços públicos);
- Capacidade de suporte ambiental;
- Expansão e questões fundiárias;
- Acessibilidade e mobilidade municipal;
- Capacidade de investimento;
- Conselhos municipais;
- Objetivos para o desenvolvimento do município;
- Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável;





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO

GRUPO DE TRABALHOS OFICIAIS EXISTENTES

GRUPO TÉCNICO PERMANENTE (GTP)

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL - ETM





PREPARAÇÃO DA LEI

- REUNIÕES DE REVISÃO DA PRÉVIA;
- CONSOLIDAÇÃO DO TEXTO FINAL;
- REUNIÃO DE COORDENAÇÃO E PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE PACTUAÇÃO;
- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS;





APROVAÇÃO DA LEI

- ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVOS;
- ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES, DISCUSSÕES E VOTAÇÃO;
- CONSOLIDAÇÃO FINAL;
- ENCAMINHAMENTOS FINAIS APÓS A APROVAÇÃO;



COMPOSIÇÃO DOS DOCUMENTOS

VOLUME I – MATERIAL EXISTENTE

ANÁLISE TÉCNICA INTEGRADA – ATI



COMPOSIÇÃO DOS DOCUMENTOS

VOLUME I – MATERIAL EXISTENTE

DIRETRIZES PROPOSIÇÕES

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - PAI



VOLUME I – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES - EXEMPLO

02. Infraestrutura e acesso a espaços esportivos	Construção de 01 pista de skate e bicicross.
	Construção de 01 campo de futebol sete com grama sintética.
	Espaços com 100% de adequação ao acesso dos portadores de necessidades especiais a todos os equipamentos esportivos e de lazer municipais.
	Aquisição constante de equipamentos, materiais, maquinas, materiais e mão de obra para atender o setor.
03. Programas de ocupação e capacitação da população	Realização de pelo menos 08 projetos/programas para oferecer a comunidade informações sobre cursos profissionalizantes, orientações sobre saúde, educação fiscal, direitos e deveres dos consumidores, empreendedorismo, documentação, viabilização de processos, casamento civil, entre outras ações, anualmente.
	Realização de pelo menos 05 projetos/programas destinados a população idosa anualmente.
	Realização de pelo menos 05 projetos/programas destinados a população feminina anualmente.

VOLUME I – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO - PAI EXEMPLO

3. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE		CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	VALOR ESTIMADO
3.1	Reforma e Ampliação da Casa de Saúde	X	X	3.800.000,00
3.2	Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro São José Operário	X	X	602.000,00
3.3	Aquisição de Veículo Transporte Sanitário	X	X	500.000,00
3.4	Reforma e Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	X	X	600.000,00
3.5	Aquisição de Equipamentos Hospitalares	X	X	700.000,00
3.6	Custeio do atendimento a Atenção Primária	X	X	19.648.400,00
3.7	Custeio do atendimento de Média e Alta Complexidade	X	X	17.694.850,00
3.8	Custeio das atividades do Conselho Municipal de Saúde	X	X	44.000,00
3.9	Custeio do atendimento de Assistência Farmacêutica	X	X	4.000.000,00
3.10	Ações, projetos e ações de Vigilância em Saúde	X	X	2.000.000,00
TOTAL				49.589.250,00
FICHA Nº	PROGRAMAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EXPANSÃO ECONÔMICA	CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	VALOR ESTIMADO
4.1	Incentivo e Manutenção do Programa da Bacia Leiteira	X	X	578.000,00
4.2	Incentivar e acompanhar as atividades das Agroindústrias	X	X	300.000,00
4.3	Incentivo e acompanhamento dos Grupos Comunitários e Associações	X	X	310.000,00
4.4	Execução do Programa Enleiramento de Pedras e Conservação do Solo através de Horas Máquinas	X	X	600.000,00
4.5	Convênios com Órgãos Entidades para Execução de Projetos voltados a Agricultura	X	X	400.000,00
4.6	Apoio à Programas e Projetos voltados a Agricultura	X	X	800.000,00
4.7	Apoio a realização de Eventos voltado à Agricultura	X	X	50.000,00
4.8	Apoio ao Serviço de Inspeção dos Produtos de Origem Animal-fornecimento de materiais	X	X	166.000,00
4.9	Incentivo e Apoio a Sericicultura através de Cessão de uso de Materiais e Equipamentos	X	X	200.000,00
4.10	Incentivo a Implantação de Indústrias e Construção de Barracão Industrial	X	X	2.000.000,00
TOTAL				5.404.000,00

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

[Oficio\Formulario.pdf](#)

<https://forms.gle/xpVzfcvJkHAVb1rX7>



COMPOSIÇÃO DOS DOCUMENTOS

VOLUME II

LEIS COMPLEMENTARES



COMPOSIÇÃO EXISTENTE

- ✓ Lei 510/1980 – Perímetro Urbano
- ✓ Lei 730/1987 – Código de Postura;
- ✓ Lei 826/1989 – Zoneamento;
– Uso e Ocupação do solo;
- ✓ Lei 827/1989 – Parcelamento do solo urbano;
- ✓ Lei 828/1989 – Código de Obra
- ✓ Lei 1658/2007 – Plano Diretor;



COMPOSIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Ações a serem realizadas:

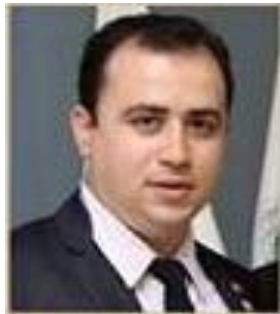
- ✓ Atualização da legislação, quando necessário;
- ✓ Adequação as características do município, quando necessário;
- ✓ Reorganização da sequência da organização da legislação, bem como, a padronização da tipologia (se ordinária ou complementar);
- ✓ Lei das Vias - Verificar viabilização para instituição;



CRONOGRAMA DE TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR



EQUIPE TECNICA DE ACOMPANHAMENTO



José Fco de Gois
Geógrafo



Rodrigo Maschio de Freitas
Arquiteto e Urbanista



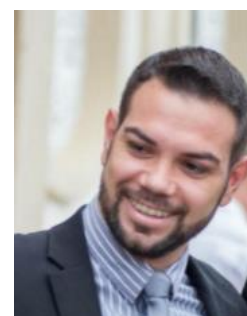
Tony Daniel Damiani
Eng. Civil



Roberto Aloysio Goergen
Eng. Civil



Inácio M. Rodrigues Pereira
Economista



Evandro Alif B. Barbiero
Advogado



Cesar Augusto Soares
Eng. Ambiental



FASE I - MOBILIZAÇÃO

Ações a serem realizadas:

- ✓ Reuniões técnicas com ETM;
- ✓ Reuniões técnicas com Secretarias municipais;
- ✓ Reuniões técnicas com Legislativo Municipal;
- ✓ Reunião técnicas com Comunidade em geral;



FASE II – REVISÃO/CONSTRUÇÃO DO ATI

Ações a serem realizadas – Parte I

- ✓ Reuniões técnicas com secretarias e seus colaboradores;

Ações a serem realizadas – Parte II

- ✓ Acompanhamento e tratamento dos dados e documentos elaborados pelas secretarias;
- ✓ Reunião técnica com a secretária para dirimir dúvidas e esclarecimentos;



FASE II – REVISÃO/CONSTRUÇÃO DO ATI

Ações a serem realizadas – Parte III

- ✓ Montagem do documento final de cada secretaria;
- ✓ Aprovação do ATI de cada secretaria;
- ✓ Reuniões técnicas – Pré-Audiências;
- ✓ Aprovação do ATI final;
- ✓ Audiências Públicas;



TRANSIÇÃO ENTRE FASE II E FASE III

Ações a serem realizadas:

- ✓ Reuniões técnicas com ETM;



FASE III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Ações a serem realizadas – Parte I

- ✓ Montagem das Diretrizes, metas e ações de cada secretaria;
- ✓ Reuniões técnicas – Pré-Audiências;
- ✓ Aprovação das Diretrizes;
- ✓ Audiências Públicas;



FASE III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Ações a serem realizadas – Parte II

- ✓ Montagem do Plano de Ação de cada secretaria;
- ✓ Reuniões técnicas – Pré-Audiências;
- ✓ Aprovação das Diretrizes;
- ✓ Audiências Públicas;



TRANSIÇÃO ENTRE FASE III E FASE IV

Ações a serem realizadas:

- ✓ Reuniões técnicas com ETM;
- ✓ Reuniões técnicas com Legislativo Municipal;



FASE IV – PAI E INSTITUICIONALIZAÇÃO DO PDM

Ações a serem realizadas – Parte I

- ✓ Montagem do PAI;
- ✓ Aprovação do PDM no legislativo municipal e suas leis;

Ações a serem realizadas – Parte II

- ✓ Entrega do PDM revisado ao Paranacidade;
- ✓ Acompanhamento da aprovação do PDM pelo Paranacidade;



TRANSIÇÃO ENTRE FASE IV E ENTREGA FINAL

Ações a serem realizadas:

- ✓ Reuniões técnicas com ETM;



ENTREGA PÚBLICA DO PDM REVISADO

Ações a serem realizadas:

- ✓ Publicação do PDM revisado para a população;
- ✓ Entrega pública do PDM revisado para as secretárias e demais autarquias municipais;



CRONOGRAMA

MESES	FASES								Entrega publica
	1ª FASE	2ª FASE			3ª FASE		4ª FASE		
	Mobilização	ATI			Diretrizes e Propostas		PAI e Institucionalização do PDM		
	Parte I	Parte I	Parte II	Parte III	Parte I	Parte II	Parte I	Parte II	
1	X								
2	X	X							
3		X	X	X					
4			X	X	X	X			
5				X	X	X			
6					X	X			
7					X	X	X	X	
8							X	X	
9							X	X	
10							X	X	
11									X

DUVIDAS E QUESTIONAMENTOS????

farol14.com.br

simocupacional.com.br

